

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CAMPUS ERECHIM**

LUCIMARA VAZ

**ENTRADA E PERMANÊNCIA DA MULHER INDÍGENA NA UNIVERSIDADE: UM
OLHAR REFLEXIVO DESDE O CURSO INTERDISCIPLINAR EM EDUCAÇÃO DO
CAMPO: CIÊNCIAS DA NATUREZA/UFFS/ERECHIM/RS**

ERECHIM

2022

LUCIMARA VAZ

ENTRADA E PERMANÊNCIA DA MULHER INDÍGENA NA UNIVERSIDADE: UM OLHAR REFLEXIVO DESDE O CURSO INTERDISCIPLINAR EM EDUCAÇÃO DO CAMPO: CIÊNCIAS DA NATUREZA/UFFS/ERECHIM/RS

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Curso Interdisciplinar em Educação do Campo: Ciências da Natureza – Licenciatura da Universidade Federal da Fronteira Sul, como requisito para a obtenção para aprovação do título de licenciado em educação do campo ciências da natureza.

Orientadora: Prof. Dra. Solange Toderó Von Onçay

ERECHIM

2022

Bibliotecas da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS

Vaz, Lucimara

Entrada e permanência da mulher indígena na universidade: um olhar reflexivo desde o curso Interdisciplinar em Educação do Campo: Ciências da Natureza UFFS/Erechim/RS. / Lucimara Vaz. -- 2022. 39 f.

Orientadora: Doutora Solange Todero Von Oncay

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal da Fronteira Sul, Curso de Licenciatura em Interdisciplinar em Educação do Campo: Ciências da Natureza, , 2022.

1. Educação do Campo. 2. mulher indígena. 3. Educação. 4. Permanência. I. Oncay, Solange Todero Von, orient. II. Universidade Federal da Fronteira Sul. III. Título.

Elaborada pelo sistema de Geração Automática de Ficha de Identificação da Obra pela UFFS com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

LUCIMARA VAZ

Entrada e permanência da mulher indígena na universidade: um olhar reflexivo desde o curso Interdisciplinar em Educação do Campo: Ciências da Natureza UFFS/Erechim/RS.

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado como requisito para obtenção de grau de Licenciada no curso Interdisciplinar de Educação do Campo – Ciências da Natureza da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS.

Este trabalho de conclusão de curso foi defendido e aprovado pela banca no dia 01/04/2022.

BANCA EXAMINADORA:

PROFª DRª Solange Todero Von Onçay (ORIENTADORA)

PROF DR Matheus Mohr (AVALIADOR)

PROF DR Jerônimo Sartori (AVALIADOR)

Dedico este trabalho aos meus pais, que
não pouparam esforços para que eu
pudesse concluir meus estudos.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus que sempre esteve ao meu lado, me dando saúde e inteligência.

Aos meus queridos pais, por todo o zelo e dedicação que sempre despenderam comigo, passando sabedoria de geração a geração.

A minha família que sempre estiveram ao meu lado, dando força pra que pudesse concluir meus objetivos aos líderes da minha comunidade indígena de uma forma ou outra me ajudaram dando incentivo para que pudesse buscar conhecimentos e levar para minha aldeia.

Também ao grupo de professores da universidade que estiveram comigo durante este tempo de formação, que não mediram esforços passando diversidades de conhecimentos e sabedoria para mim.

Meus sinceros agradecimentos a todos!

Os pais e avós são responsáveis por transmitir aos seus filhos ou netos, desde a mais tenra idade, a sabedoria aprendida de seus ancestrais. Assim, as crianças desde cedo vão aprendendo a assumir desafios e responsabilidades que lhes permitam inserir-se na vida social e o fazem, principalmente, por meio da observação, da experiência empírica e da autorreflexão proporcionados por mitos, histórias, festas, cerimônias e rituais realizados para tal fim. Os bons exemplos dos pais, dos irmãos mais velhos e dos líderes comunitários são fundamentais para o desenvolvimento do caráter, das atitudes, dos comportamentos, das virtudes e das habilidades de uma pessoa, indispensáveis para a vida individual e boa convivência social. (LUCIANO 2006, p. 130)

RESUMO

O presente trabalho de conclusão – TCC tem por objetivo refletir e resgatar questões e aspectos importantes sobre a entrada e permanência da mulher indígena na universidade. A abordagem metodológica desenvolvida é a qualitativa de natureza exploratória. Para a coleta de dados serão utilizados como fonte de informação às mulheres da área indígena da Serrinha, que está localizada no Norte do Rio Grande do Sul, entre os municípios de Ronda Alta, Três Palmeiras, Engenho Velho e Constantina (ainda em processo de demarcação). Os instrumentos que foram utilizados para essa coleta/construção, foram um questionário. Os resultados mostram que todas as entrevistadas que participaram da pesquisa demonstram o quanto é importante a entrada da mulher indígena e não indígena nas universidades, pois hoje vemos muitas barreiras a serem enfrentadas para que isso aconteça. Dessa forma, as mulheres cada vez mais procuram adaptar-se ao mundo atual e através de seus interesses, pela educação e pelo futuro de sua geração, vão abrindo espaços e conquistando um lugar que é, por direitos adquiridos, na sociedade brasileira.

Palavras – chaves: Educação; Mulheres; Universidade; Superação.

ABSTRACT

This conclusion work - TCC aims to reflect and rescue important issues and aspects about the entry and permanence of indigenous women at the university. The methodological approach developed is qualitative and exploratory in nature. For data collection, they will be used as a source of information for women from the Serrinha indigenous area, which is located in the north of Rio Grande do Sul, between the municipalities of Ronda Alta, Três Palmeiras, Engenho Velho and Constantina (still in the process of demarcation). The instruments that were used for this collection/construction were a questionnaire. The results show that all the interviewees who participated in the research demonstrate how important it is for indigenous and non-indigenous women to enter universities, because today we see many barriers to be faced for this to happen. In this way, women increasingly seek to adapt to the current world and through their interests, for education and for the future of their generation, they are opening spaces and conquering a place that is, by acquired rights, in Brazilian society.

Key words: Education; Women; University; Resilience.

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1: Dados gerais de Indígenas na Universidade.

SUMÁRIO

1	
INTRODUÇÃO.....	10
1.1 CONTEXTUALIZANDO ÀS POLITICAS DE ACESSOS AOS INDÍGENAS NA UFFS.....	12
1.2 O RURAL E A AUSÊNCIA DO DIREITO A EDUCAÇÃO AS POPULAÇÕES DO CAMPO.....	16
1.3 A EDUCAÇÃO DO CAMPO/INDÍGENA E OS MARCOS LEGAIS DA LEGISLAÇÃO.....	18
1.4 A PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA PRESENTE NA LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO.....	20
1.5 QUESTÕES DE GÊNERO: LUGAR DAS MULHERES INDÍGENAS E O ESTUDO.....	23
1.6 A EXPERIÊNCIA DE UMA MULHER/MÃE INDÍGENA NA UNIVERSIDADE...	25
2 METODOLOGIA.....	27
2.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA.....	27
2.2 O UNIVERSO DA PESQUISA.....	27
2.3 DELIMITAÇÃO DO TEMA.....	28
2.4 COLETA DE DADOS.....	28
2.5 DESENVOLVENDO O ESTUDO.....	28
3. RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	29
4. CONSIDERAÇÃO FINAL.....	32
5 REFERÊNCIA.....	33
6 APÊNDICE A ENTREVISTA.....	36

1. INTRODUÇÃO

A Universidade Federal da Fronteira Sul(UFFS) é uma instituição fundada no dia 15 de setembro no ano de 2009, tendo à frente lideranças e movimentos sociais dos três Estados do Sul do país. É composta por seis campus, tendo reitoria e um *campus* em Chapecó/SC e *campus* nos municípios de Cerro Largo, Erechim e Passo Fundo, no estado do Rio Grande do Sul, como também nos municípios de Laranjeiras do Sul e Realeza no estado do Paraná.

O trabalho em discussão apresenta como tema inicial a entrada da mulher indígena na universidade, mais particularmente na UFFS/Campus Erechim, onde podemos constatar avanços nos últimos anos. Às universidades públicas, buscando democratizar o ensino superior, abriram espaço para os menos favorecidos, como é o caso dos indígenas, dos povos originais e excluídos e aqueles participantes de movimentos sociais.

Considera-se que a Constituição Federal, em seu artigo 205, prevê que “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

Dessa forma considerando o papel da mulher na universidade surgiu o problema de pesquisa: Quais os desafios enfrentados pelas mulheres indígenas que acessam às universidades?

Assim visando responder o problema de pesquisa, estabeleceu-se o seguinte objetivo geral: **Compreender as políticas de acesso e permanência das mulheres indígenas nos cursos de educação superior das universidades.**

Para o desenvolvimento do trabalho e para atingir o objetivo geral dessa pesquisa, foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos:

- Compreender o que significa para as mulheres indígenas, o ingresso e a permanência na universidade.
- Registrar e descrever o que significou estar no contexto universitário, analisando as mudanças que essa inserção provoca nas diferentes dimensões vividas;

➤ Apontar quais os desafios enfrentados pelas mulheres indígenas para acessarem às universidades para conclusão de seus estudos.

Como indígena, mulher, mãe e professora da Escola Estadual Indígena Tanhve Kregso, na disciplina de Língua Portuguesa para o 4º ano do ensino fundamental, e moro na área indígena da Serrinha, no setor da comunidade de linha Capinzal, em Constantina, onde fiquei sabendo do curso através de amigos, e me interessei e me escrevi. Fiz a seleção, uma redação e passei e hoje estou aqui defendendo esse Trabalho de Conclusão de Curso, com um tema bastante interessante para nós indígenas: a entrada e permanência das mulheres indígenas na universidade.

Podemos notar que o curso Educação do Campo, cada vez mais, tem recebido o público indígena e dentre ele, abrindo-se para a entrada e permanência das mulheres no curso superior, que está a cada semestre sendo ofertada para os demais sujeitos da educação do campo, e nisso o que surpreendeu, é a presença das mulheres indígenas.

Dessa maneira, a alternância viabilizou possibilidade para o estudo superior. Como mulher presente na indígena na universidade, me vejo como uma guerreira, lutadora pelos direitos de todas as mulheres indígenas, que ainda estão por vir, conquistando o que é por direito nosso.

Hoje estudando e frequentando uma universidade é algo muito bom, pois entrei na faculdade através de amigos que estavam divulgando o curso e também que já eram alunos do curso Educação do Campo, onde comentaram da modalidade de alternância, me interessei, fiz a minha inscrição e por conseguinte, a prova de redação na qual fui classificada. Foram ofertadas 40 vagas no curso "Interdisciplinar em Educação do Campo: Ciências da Natureza", ofertado no ano de 2016.

Assim, durante o curso, hoje quase finalizando, no último semestre observamos muitas coisas, das quais, uma delas foi quando o curso foi iniciado, onde havia mais a presença dos movimentos sociais. A graduação na qual freqüento defende o campo, agricultura familiar, os indígenas e também são alunos que são oriundos do campo, com seu jeito próprio. Vale aqui ressaltar que, algumas vezes, olhares e até xingamentos principalmente pelos estudantes dos cursos de agronomia pois defendem o agronegócio, visam os lucros e valorizam mais a classe alta e excluem os índios.

Entretanto, aos poucos o curso foi ficando visto pelas pessoas como algo importante da Universidade, um curso que ganhou o seu espaço dentro da mesma. Nesse

sentido, justifica-se a escolha do tema: A entrada das mulheres indígenas na universidade.

Sendo filha de pais indígenas, e também da vivência como professora de escola e acadêmica do curso Interdisciplinar em Educação do Campo - Ciências da Natureza – Licenciatura, me sinto contemplada com essa política e as reflexões que foram aparecendo no decorrer do curso. Ainda, sei dos desafios que foi e está sendo ser uma das muitas mulheres indígenas que conseguiram ter o direito de estudar e frequentar uma universidade pública e gratuita.

Saliento que , a estrutura que busca demonstrar por onde percorreu este estudo, tem a seguinte composição.

No primeiro tópico apresenta-se a introdução, que nos traz um pouco da história da entrada das mulheres nas universidades, a forma como surgiu o problema de pesquisa e em seguida o objetivo geral e os específicos bem como a justificativa.

No segundo tópico, encontra se a fundamentação teórica, especificamente contextualizando às políticas de acessos aos indígenas na UFFS, também traz presente o Rural e a ausência do direito à educação às populações do campo, a Educação do Campo/Indígena e os marcos legais da legislação, a Pedagogia da Alternância presente na Licenciatura em Educação do Campo e a questões de gênero tratando do lugar das Mulheres indígenas e o estudo.

No terceiro tópico desenvolvem-se os aspectos metodológicos, neste item, caracteriza-se a pesquisa, o universo da pesquisa, a delimitação do tema, a coleta de dados, bem como o percurso desenvolvido durante a pesquisa.

No quarto tópico desenvolvem os resultados e discussão, analisando o contexto das alunas entrevistadas, bem como a importância que a família tem para cada uma dela.

Por fim, no quinto tópico apresenta-se a indicação frente aos dados das entrevistadas apontando os desafios enfrentados pelas mulheres indígenas que acessam às universidades, e conclui o trabalho.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

1.1. Contextualizando às políticas de acessos aos indígenas na UFFS

A pesquisa se dará na Universidade Federal da Fronteira Sul, no *campus* de Erechim (RS), com o intuito de pesquisar sobre as mulheres indígenas que frequentam ou frequentaram esta universidade.

Buscaremos, de forma breve, trazer presente o contexto geral de estudantes indígenas. Trabalhou-se, orientado por três questões, quais sejam:

1. Quantidade de mulheres e homens indígenas na Universidade?
2. Quantidade de estudantes indígenas em cada curso da UFFS? 699
3. Qual é foi a política de acesso?

DADOS GERAL DE INDÍGENAS NA UNIVERSIDADE

Em tratando-se da presença de indígenas na universidade trazemos os dados atuais, e o como forma de exemplificar a importância destes segmentos.

Quadro 1: Dados gerais de Indígenas na Universidade

Número de estudantes na UFFS (nos 6 campi)	8692
Número de estudantes indígenas na UFFS (nos 6 campi)	493
Número de estudantes no campus Erechim	1073
Número de estudantes indígenas no campus Erechim	202
Número de estudantes indígenas no curso de Educação do Campo no campus Erechim	137
Número de estudantes no campus Laranjeiras	1248
Número de estudantes indígenas	103

no campus Laranjeiras	
Número de estudantes indígenas no curso de Educação do Campo: Ciências da Natureza no campus Laranjeiras	04
Número de estudantes indígenas no curso de Educação do Campo: Ciências Sociais e Humanas no campus Laranjeiras	80

Fonte: Dados coletados no Sistema de Gestão Acadêmica – SGA da UFFS No dia 16/03/2022, às 12h03min.

Em relação a política de acesso para o ingresso dos indígenas nas universidades, a referida instituição afirmou que existem:

(<https://www.uffs.edu.br/atosnormativos/resolucao/consuni/2013-0033>)

a) Programa de Acesso e permanência de povos indígenas (PIN) - Resolução Nº 33/CONSUNI/UFFS/2013 - que instituiu o Programa de Acesso e Permanência dos Povos Indígenas (PIN) da Universidade Federal da Fronteira Sul;

b) Modalidade A2 - candidatos indígenas, condição que deve ser comprovada mediante apresentação do RANI (Registro Administrativo de Nascimento de Indígena) ou declaração atestada pela FUNAI - Resolução nº 6/CONSUNI/CGRAD/UFFS/2012, que aprova o modelo de implantação da reserva de vagas para a política de ingresso nos cursos de graduação da UFFS, mais específico no:

Art. 2º A UFFS oferece vagas nos cursos de graduação, considerando as seguintes modalidades de concorrência: I - Ações afirmativas próprias da UFFS:

c) reserva de vagas para Indígenas, com 01 (uma) vaga por curso em cada turma de ingresso (...).

O ingresso de indígenas na UFFS ocorre de 3 maneiras:

1) Via Enem/SISU pelo grupo da lei de cotas que engloba Pretos, Pardos e Indígenas e no grupo A2, onde é reservada 1 vaga em cada um dos cursos de graduação para candidatos que se autodeclararam indígenas;

2) Via Processo Seletivo Exclusivo Indígena, onde são ofertadas 2 vagas suplementares nos cursos de graduação que a UFFS tem autonomia para criar essas vagas suplementares. Hoje, não são ofertadas vagas em Medicina e Enfermagem, porque não podemos criar vagas suplementares nesses cursos.

3) Via Processo Seletivo Especial para ingresso nos cursos de Educação do Campo, ofertados em Erechim e Laranjeiras do Sul.

Nesse sentido o processo seletivo da educação do campus de Erechim, através do edital específico, destina-se a formação de professores para atuar, preferencialmente, em escolas do campo, bem como em outros espaços educativos escolares e não escolares, visando a ampliação e qualificação da oferta de educação básica às populações do campo (RESOLUÇÃO Nº 12/CONSUNI/UFFS/2017) e DECRETO Nº 7.352, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2010).

São oferecidas 40 vagas para o curso Interdisciplinar em Educação do Campo: Ciências da Natureza - Licenciatura, para ingresso em 2022/1 no Campus Erechim na modalidade presencial, em regime de alternância.

O regime de alternância é amparado pelo Parecer CNE/CEB nº 1/2006, que dispõe sobre “Dias letivos e aplicação da Pedagogia de Alternância nos Centros Familiares de Formação por Alternância”. Esse parecer reconhece a pedagogia da alternância como a alternativa mais adequada para a educação do campo, através da relação de três espaços educativos: a família, a comunidade e a escola.

Por isso, o Curso está organizado em dois tempos que se complementam: Tempo Comunidade e Tempo Universidade. Assim, os componentes curriculares estão organizados de maneira que os estudantes exercitem e experimentem diferentes intervenções no local de origem (Tempo Comunidade), ressignificando-se no Tempo Universidade e permitindo uma efetiva aproximação entre o ambiente educativo, as práticas docentes e os saberes locais

Em relação à pesquisa sobre as mulheres, inicialmente pretendia-se realizar um levantamento no campus de Erechim/RS e de Laranjeiras do Sul, nos Cursos de Licenciatura da Universidade Federal Fronteira Sul, porém com as restrições da pandemia, definiu-se trabalhar com pesquisa somente do Campus de Erechim/RS.

1.2 O Rural e a ausência do direito à educação para as populações do campo

Neste item queremos destacar que o ensino rural sofreu mudanças, até no nome, que, anteriormente chamava-se Ensino para o meio rural e passou-se a chamar Educação do campo, onde não era uma educação dos povos do campo que valorizava a cultura da população, na qual está inserida, a fim de construir uma identidade valorizada.

No entanto, muitas pessoas ainda confundem a educação rural com a educação do campo. Há o estereótipo de que as pessoas que vivem neste meio, são vistas como atrasados, pessoas rudes, sem cultura sem educação e pra piorar, pessoas que só servem para trabalhar no campo e não precisam de estudo.

As autoras Rosa e Caetano colocam que “A educação rural era predominantemente vista como algo que atendia a uma classe da população que vivia num atraso tecnológico, subordinado, a serviço da população dos centros urbanos” (2008, p 23). Não havia uma preocupação com a cultura e costumes do homem do campo. Isso significa dizer que a educação também reproduzia essa realidade na qual a escola estava inserida.

Além disso, a autora continua dizendo que se estudava para o mercado de trabalho urbano, fato que contribui muito para o êxodo rural, isso por conta da falta de valorização da cultura camponesa, pois muitos dos materiais didáticos eram voltados para a realidade urbana, ou seja, uma pedagogia distanciada da realidade camponesa, sem qualquer significação para os alunos do campo (ROSA; CAETANO, 2008, p.28).

A partir da realização da I Conferência Nacional por uma educação do campo, em 1998, “a expressão campo passa a substituir o termo rural. Entende-se que, em tempos de modernização, com esta expressão campo, há uma abrangência maior de sociedades diversas que habitam as regiões do país que não se dizem urbanas” (ROSA; CAETANO, 2008, p.23).

Segundo Rosa e Caetano (2008, p.23):

Com implantação do conceito “educação do campo”, ocorre uma inclusão e consequente valorização das pessoas que habitam o meio rural, oferecendo-lhes oportunidade de participarem, por meio de suas experiências, de programas produtivos, atuando na sociedade de forma igualitária, estabelecendo uma relação harmoniosa entre produção, terra e seres humanos, com relações sociais democráticas e solidárias.

Neste sentido, podemos entender que a educação rural e a educação do campo não são iguais, elas se diferem, onde a educação do campo possibilita o acesso ao direito à educação de milhares de pessoas que vivem fora do meio urbano e que

precisam ter esse direito garantido, nas mesmas proporções em que é garantido para a população urbana.

Importante esclarecer que a educação do campo possui tal denominação não só apenas por sua localização espacial e geográfica, mas também pela cultura que a população camponesa possui que a diferencia da cultura das pessoas que vivem no meio urbano. Assim, como estabelece às Diretrizes Curriculares da Educação do Campo é “um conceito político ao considerar as particularidades dos sujeitos e não apenas sua localização espacial e geográfica” (BRASIL, 2016, p.24).

No entanto, às diretrizes da educação do campo do RS, são claras ao mencionar que as escolas do campo do Sistema Estadual de Ensino deverão elaborar seu Projeto Político-Pedagógico contextualizado, considerando a realidade da população do campo e do seu território, com ampla participação da comunidade e atualizado constantemente, atendendo ao Decreto federal nº 7.352/2010, as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica, às Resolução nº 342/2018 – fl. 2

A Constituição Federal estabelece em seu artigo 205, que a "educação é um direito de todos e dever do Estado e da família", bem como preconiza em seu artigo 206, no inciso I, o princípio da igualdade de condições para o acesso e permanência na escola. E, tal direito, deve ser garantido nas mesmas condições de acesso e permanência que é oferecido para a parcela da população do meio urbano (BRASIL, 1988).

Diante do exposto, podemos entender que a educação do campo veio para garantir melhores condições de vida para a população que faz parte deste meio, e além de garantir que o homem permaneça no campo, como exemplo podemos citar o Curso de Licenciatura em Educação do Campo, que capacita os professores a trabalhar no campo na sua comunidade e a permanecer lá, isso significa possibilitar que as crianças e jovens do campo bem como os indígenas, continuem no meio rural e valorizem sua cultura e suas tradições sem se sentirem insignificantes em relação aos que vivem no meio urbano.

1.3. A Educação do Campo/Indígena e os marcos legais da legislação

A Educação do Campo teve seu início a partir de muitas lutas, visando garantir o direito dos povos que vivem no e do campo `a uma educação, que seja voltada para sua realidade e interesses. Para Caldart (2009), esse modelo de educação nasceu vinculado aos trabalhadores pobres do campo, aos trabalhadores sem-terra, sem trabalho,

dispostos a reagir, a lutar, a se organizar contra a situação em que se encontravam, ampliando, assim o olhar para o conjunto dos trabalhadores do campo.

De acordo com Fernandes, Cerioli e Caldart, a Educação do Campo precisa ser uma educação específica e diferenciada, para atender as necessidades dos sujeitos do campo, mas, acima de tudo “ser um processo de formação humana, que constrói referências culturais e políticas para a permitir a intervenção na realidade, visando melhorar a humanidade para que seja mais plena e feliz”(2009, p 3).

Observamos que através da Educação do Campo e a sua legislação, ocorreu a democratização do ensino superior que se fez mais presente entre os pobres, os quais eram excluídos desta modalidade e nesta oportunidade, os indígenas estão nas universidades em todo o país, com certeza é uma das vitórias que os povos indígenas tiveram, pois, todos nós sabemos que para chegar até aqui onde estamos hoje, avançando cada vez mais adentrando nas universidades foi uma luta dos movimentos sociais, aos quais somos gratos.

A Lei nº 9.394/96, também menciona, em seu artigo 1º, que “a educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais”.

Com a Constituição Federal de 1988 e as legislações educacionais que se seguiram, observou-se avanços, pois foi criado então a escola para indígenas, a fim de contribuir para a continuidade da história dos povos indígenas, onde eles podiam transformar e conservar os costumes, a cultura e a língua.

Com a Constituição Federal de 1988, ocorreram importantes mudanças para com os povos indígenas. Uma delas foi a escola com a inclusão da língua materna, para os indígenas, criada para contribuir para a continuidade histórica dos povos indígenas, étnico e cultural.

A Constituição Federal traz avanços com vários direitos assegurados aos indígenas. Nesse sentido, destacam-se os artigos 210, 215 e 231:

Art. 210 – Serão fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais. 2. O ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas também a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem.

Temos também a garantia dos direitos constitucionais em relação a cultura indígena:

Art. 215 – O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais. 1. O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional.

Por fim, temos o Capítulo VII da Constituição Federal que versa sobre os indígenas. No artigo 231: “são reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens”.

Conta com marcos legais e pesquisas acadêmicas que atestam sua relevância no contexto da Educação no Brasil, evidenciando suas especificidades na gestão compartilhada com os sujeitos. Se constitui a partir do processo de construção do conhecimento levando-se em conta a realidade como princípio e fim, relações entre distintos saberes, relação teoria e prática, trabalho e educação; enfim, sua facilitação do acesso e permanência dos sujeitos na escola como um direito, sobretudo, as populações que precisam conciliar trabalho e estudo. (2010, s/p)

É de fundamental importância, que exista o respeito as diferenças e a valorização da pedagogia indígena. De acordo com Paulo Freire (2008), em qualquer modalidade educativa, deve existir na educação o respeito à identidade cultural, mas também o reconhecimento de cada indivíduo em assumir suas culturas, tradições, onde essa é uma realidade que é incoerente com uma prática pedagógica autoritária que desconsidera o ritmo da criança, como se todos os indivíduos aprendessem da mesma forma e no mesmo ritmo.

Outro aspecto importante a ser reforçado é a importância da socialização no processo educativo. Segundo Freire (1996), todos os alunos, independentemente de sua cultura, precisam reconhecer-se como seres sociais e históricos, pensantes, comunicantes, transformadores, criadores, realizadores de sonhos.

Mesmo que houve avanços na educação indígena, ainda nos deparamos com muitos problemas, um deles como é o caso da enorme precariedade em infraestrutura das escolas indígenas, principalmente na região Amazônica, que segundo dados do Censo Escolar (INEP, 2012) são mais de 700 escolas indígenas das 2.800 existentes em todo o país, que não possuem prédio próprio.

Entretanto, observou-se que houve uma grande mudança nas escolas indígenas, onde antigamente havia mais professores brancos do que índios. Através dos dados obtidos salienta-se que, em 2011, dos 12.000 professores atuando nas escolas indígenas,

11.000 eram professores indígenas, o que representa 91,60 onde, a 20 anos atrás o quadro era exatamente inverso, os professores brancos atuando nas escolas indígenas representavam 96%.

De modo geral podemos dizer que houve melhoria na educação escolar indígena para a construção do que Meliá (1999) denomina de:

"Educação Indígena Escolar" que visa o empoderamento indígena na construção do futuro desejável da escola indígena. Essa perspectiva é viável quando se aposta em sujeitos e protagonistas próprios de carne e osso, principalmente dos jovens indígenas que estão se formando nas escolas e nas universidades com muita vontade e bagagem crítica sobre a realidade atual e que vão ocupando importantes e estratégicos espaços de poder, dentre os quais, o poder da escola, como gestores, técnicos e professores.

Além disso, hoje os povos indígenas fazem efetivamente parte da vida nacional e é nessa esfera nacional que precisam garantir o reconhecimento e concretização de seus direitos, inclusive com apoio dos municípios, dos estados, da União e da sociedade nacional em geral.

1.4 A Pedagogia da Alternância presente na Licenciatura em Educação do Campo

Temos presente à Pedagogia da Alternância como uma metodologia nos Cursos da Educação do Campo, baseadas em Diretrizes Operacionais das Escolas do Campo (Decreto nº 7.352/2010).

A Pedagogia da Alternância pode ser uma resposta aos problemas enfrentados por comunidades do campo, do cerrado, das florestas, indígenas, quilombolas e comunidades e povos tradicionais, que apresentam reduzidos números de alunos, constante ausência de alimentação escolar (muitas vezes única alimentação diária da criança), ausência ou precário sistema de transporte escolar e não escolar, situações estas que muitas vezes causam suspensão de aulas ou mesmo fechamento de escolas, prejudicando o desenvolvimento educacional dos alunos. (2010, s/p)

A história da Pedagogia da Alternância no Brasil é bastante recente, nascida a partir da década de 1960, enfrentando de início um período bastante conturbado da política brasileira com a ditadura militar. No entanto, a Pedagogia da Alternância tem se mostrado como uma importante estratégia educativa para o campo.

A surpreendente história das EFA's, conforme afirmações de Nové-Josserand (1998), é mais que uma história de educação. É uma história que envolve as

problemáticas relacionadas ao universo camponês nas suas dimensões ecológicas, políticas, econômicas, sociais, profissionais e culturais. Ela é o resultado de confluências de desejos, sonhos e esperanças de pessoas e organizações sociais, frente aos infortúnios comuns enfrentados no campo. (BEGNAMI, 2004, p 03).

Considerando a Proposta de Regulamentação da Pedagogia da Alternância, originada pelo Conselho Nacional da Educação e da Câmara de Educação Básica, a Pedagogia da Alternância é compreendida como um paradigma, uma matriz teórica e metodológica em construção.

A Pedagogia da Alternância possibilita pensar processos educativos inovadores no atendimento às crianças de comunidades remotas, inclusive com escolas itinerantes ou professores/as itinerantes, em que a escola é o/a professor/a que vão até ao aluno. Tudo isso para atender a um princípio do direito humano básico que é o direito a aprendizagem e a educação como um bem comum e direito de todos. (2010, s/p)

A história da Pedagogia da Alternância é materializada por sujeitos com territorialidades, identidades e saberes próprios; com bases conceituais, princípios e instrumentos pedagógicos específicos referenciados em processos educativos articulados em tempos, espaços e saberes da escola, família e comunidade.

Sendo assim (BEGMANI 2004, p 4) coloca que a Pedagogia da Alternância tem ajudado a educação do/no campo, contribuindo com a amenização do êxodo rural tão disseminado pelo agronegócio, ou seja, “muitas vezes, estudar na cidade era uma oportunidade para sair do campo, por isso a iniciativa de uma escola diferenciada para reverter o processo e não precisar sair do campo para estudar e nem estudar para sair do campo” (BEGNAMI, 2004, p 04).

Neste sentido a pedagogia da alternância dentro do curso de educação do campo possibilita também uma troca contínua de experiência, envolvendo a teoria no tempo universidade em diálogo de troca com as vivências práticas no tempo comunidade, isto, mais que uma dinâmica curricular é um princípio norteador das atividades pedagógicas dos cursos de educação do campo.

[...] ‘a melhor maneira de refletir é pensar a prática e retomar a ela para transformá-la’; ‘pensar o concreto e não pensar os pensamentos’, a formação autêntica promover autonomia e dialogicidade, podemos concluir que os princípios freirianos fundamentam as experiências brasileiras de educação em alternância (BEGNAMI, 2004, p 17).

Podemos destacar a contribuição das Licenciaturas em Educação do Campo que vai ao caminho da pedagogia de alternância, promover integração das áreas de

conhecimentos. Nesse sentido (Caldart, 2011; Molina, 2017), dizem que a formação por áreas de conhecimento dialoga com a totalidade, superando a fragmentação, o que precinte de forma nenhuma, valorizar os estudos disciplinares.

É significativo ressaltar também que foram encontrados trabalhos que trazem reflexões bastante avançadas sobre a experiência e o sentido da formação por áreas de conhecimento nas LEDOC.

Dessa maneira, Santos (2016) coloca que as formações de professores, também é algo importante na educação do campo, pois é uma bandeira de luta dos movimentos sociais e sindicais, tendo conseguido ser crítica e capaz de indicar importantes entradas aos conhecimentos necessários à formação docente no país que tem realidades tão diferenciadas.

No entanto, o autor Santos 2016 destaca:

Que os cursos de formação de professores do campo (Pedagogia da Terra e LEC) contribuem não apenas para formar os educadores e educadoras do campo, mas também para repensar o modelo de formação que tem sido desenvolvido pelo modelo de estado neoliberal, sendo a organização coletiva e o protagonismo dos estudantes determinantes para a consolidação da formação de acordo com os princípios de educação e de formação defendidos pelos movimentos sociais do campo (Santos, 2016, p. sd)

Podemos ainda perceber que a Alternância além de ajudar na formação de professores, tem ajudado também os estudantes de licenciaturas do campo a permanecer nos cursos sem perder o vínculo com a sua comunidade, aprendendo nas salas de aula a desenvolvem seus estudos facilitando assim sua aprendizagem.

1.5 Questões de Gênero - O lugar das Mulheres indígenas e o estudo (ARUMAR)

Podemos notar que a submissão das mulheres indígenas vem desde 1500, quando os portugueses invadiram o Brasil e fizeram os indígenas seus escravos, apropriando-se de suas terras, e de tudo o que lhe constituía, neste pressuposto, os indígenas foram exterminados e aqueles que sobreviveram, foram colocados num lugar de uso, com inteiro repúdio e isso foi praticado pelo longo de nossa história e naturalizado pela grande maioria dos homens brancos invasores.

Entretanto, podemos observar que as lutas existiram e as mulheres estavam presentes nas mesmas, para garantir terras e seus direitos. Sendo assim, segundo Mota (1998):

No processo de conquista de direitos indígenas, que envolveu guerras e estratégias de consenso, foram séculos de resistência, até que passassem a ser considerados sujeitos de direitos e as mulheres indígenas, embora pouco retratadas pela historiografia, têm um papel ativo nas lutas. (MOTA, 1998).

Conforme Verдум (2008), o movimento brasileiro de mulheres indígenas começa a se constituir no mesmo período, com o surgimento de lideranças femininas que fizeram-se ouvir por órgãos governamentais nacionais e internacionais.

Neste processo, as mulheres indígenas, mesmo vivendo em sociedades de tradição patrilinear, em reservas, nas zonas rurais, com pouco acesso à educação básica e superior, sem informações e tecnologias, tiveram papel fundamental, pois exercem poder político e religioso em suas comunidades e buscam parcerias em diferentes espaços como ONGs (OLIART, 2012), igrejas, universidades, passando a ser alvo de ações governamentais prioritárias.

Sendo assim, essas forças sociais impulsionaram reformas constitucionais em todo o continente (RAMOS, 2012). Ampliaram-se os direitos de cidadania e o acesso de diferentes segmentos sociais às políticas públicas. Houve mudança constitucional, por exemplo, no Panamá em 1971 e no Brasil em 1988.

A partir das mudanças nas leis maiores, esses países passaram à elaboração de uma legislação complementar, para a implantação de programas focalizados na área da educação, saúde e manutenção das línguas minoritárias, em consonância com orientações dos organismos internacionais (ONU, 1992).

Podemos notar ainda que com essas mudanças que ocorreram, verifica-se muitas mulheres indígenas hoje cursando uma faculdade, algo que anos atrás era difícil até de imaginar, pois a universidade era somente para os mais ricos e pertencentes a classe alta.

Seguindo as orientações da Conferência Mundial sobre Educação Superior da UNESCO de 1998, o Ministério da Educação (MEC) reafirmou a necessidade de “[...] fazer do Ensino Superior um espaço de maior inclusão e equidade social,

O acesso de mulheres indígenas à universidade: trajetórias de lutas, estudos e conquistas Rosângela Célia Faustino, Maria Simone Jacomini Novak, Isabel Cristina Rodrigues Tempo & Argumento, Florianópolis, v. 12, n. 29, e010 3, jan/abr. 2020 p.10

como perspectiva de democratização e impacto econômico e social” (UNESCO, 1998, p. 15).

Além disso, a UNESCO, 1988, p.15 coloca que:

Conclamou universidades a definirem políticas de equidade que possibilitem novos mecanismos de apoio à inclusão, com estratégias de promoção de equidade, garantindo acesso para estudantes de baixa renda e para segmentos da população com menor ingresso, tais como indígenas, negros, pessoas com necessidades educacionais especiais e residentes em zonas rurais. “A integração destes grupos ao ensino superior é elemento-chave do seu (UNESCO, 1998, p. 15).

Nesse sentido podemos perceber que ultimamente houve um crescimento contínuo na presença de alunos indígenas no ensino superior, como mostra Antônio Carlos de Souza Lima (2018) que destaca dados que contam com 32.147 indígenas matriculados/as, sendo 9.810 em instituições públicas.

Ainda, conforme Simões (2018), o número de mulheres indígenas que ingressaram em instituições de ensino superior, passou de 2.780, em 2009, primeiro ano em que a variável cor/raça foi contabilizada, para 17.269, em 2018.

Entretanto, ainda ha muita luta por ser feita, pois, podemos perceber que há muita discriminação dos indígenas no Brasil como coloca Maria José de Jesus Alves Cordeiro (2008), a população indígena continua tendo seus direitos violados por situações discriminatórias, de intolerância, preconceito e desrespeito aos direitos já preconizados legalmente.

Desta forma, indo ao encontro da mulher indígena na universidade, a minha pesquisa hoje, foi direcionada a entrada e permanência da mulher indígena na universidade, onde pode-se observar que através das lutas, hoje na maioria das universidades federais estudam indígenas, e esta conquista , foi uma luta com todos para termos uma educação de qualidade, principalmente para as mulheres.

1.6 A experiência de uma mulher/mãe Indígena na Universidade

Minha experiência de estar na universidade é um privilégio de poder adquirir novos conhecimentos e muito aprendizado por profissionais especializados e mestres na educação, isto me fez outra pessoa como recebedor e transmissor de conhecimentos e sabedoria passado por professores orientadores de uma extração de saberes abrangente.

Além disso, os conhecimentos obtidos levarei para a vida toda onde ninguém jamais poderá tirar nossos conhecimentos de vida, muitas vezes que antigamente não tinham esta oportunidade de conquista, isto é de grande importância para nós principalmente mulher indígena que marcou épocas de lutas por seus direitos na constituição brasileira para que fosse válida na sociedade, embora as diferenças de povos, com garra superou as barreiras, não se calaram, nada impediu de parar na caminhada, lutando pelos seus direitos e deveres, cumprido perante a sociedade no contexto política e como cidadão brasileiro atuando no campo de base de sobrevivência por natureza.

Diante de todo exposto anteriormente, saliento que foi de grande importância poder estar na universidade, pois adquiri diversidades de conhecimentos e aprendizagens, como colega me senti à vontade por ser incluído no meio social não indígena adquirindo os espaços como direitos da mulher indígena e vice versa. o impacto da chegada na universidade foi totalmente diferente, o que eu recebi de conhecimentos aqui na universidade durante o percurso educacional.

A minha dificuldade de saída para vir até a universidade foi em deixar a família, de não poder ver os filhos crescer diariamente, o meu trabalho de professora que também sofreu ajuste para poder estar na universidade.

No que diz respeito a minha volta como formanda, o que me fez crescer nos conceitos da ética da educação em evolução como pessoa formadora de opiniões próprias e domínio de questionamento e resolução, me sinto capacitada, orientada e encaminhada para ser professora na área em que fiz a graduação, pois tenho adquirido diversidades de conhecimentos por profissionais do curso como acadêmica.

No quesito como profissional, tenho a possibilidade de colocar em prática e desenvolver o que vivenciei na universidade, no campo da educação e sociedade, como mulher me sinto encorajada de ter conquistado uma graduação com muito esforço e dedicação para concretizar meus objetivos.

Na minha família somente eu possuo uma formação de nível superior, isto é gratificante para mim e minha família pois isto me torna orgulhosa e tenho a convicção que as próximas gerações possam seguir o mesmo rumo para adquirir uma profissão qualificada e diversificada.

Para minha comunidade Kaingang posso trazer novos conhecimentos de transição e práticas para dentro dos âmbitos escolares, criando vínculos nos saberes interdisciplinares tradicionais, na preservação cultural e sua identidade por natureza, pois por adquirir uma graduação, sou um dos exemplos de incentivos para que os jovens sejam cativados a seguir o mesmo trilho, de lutar pelo estudo e que o nosso povo possa explorar novos conhecimentos e aprendizados buscando fora da comunidade e trazer para dentro dela

Como cidadã, perante a sociedade eu tenho o mesmo direito de atuar a minha profissão como qualquer cidadão no setor público da educação, não somente nas comunidades indígenas, mas também na sociedade, pois sou capacitada e habilitada a desenvolver tarefas de trabalho.

METODOLOGIA

CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

A pesquisa tem uma abordagem metodológica qualitativa de natureza exploratória, bem como uma abordagem bibliográfica documental e de campo, com aplicação do questionário. Este tipo de pesquisa tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema.

A grande maioria dessas pesquisas envolve: (a) levantamento bibliográfico; (b) entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado; e (c) análise de exemplos que estimulem a compreensão (GIL, 2007). A investigação qualitativa se dedica a realizar uma análise e reflexão a partir de informações de pesquisa e busca entender as diferentes abordagens no processo educativo da escola.

A pesquisa foi realizada na Universidade Federal da Fronteira Sul campus Erechim e campus de Laranjeiras do Sul no (PR), onde os sujeitos foram três egressas e uma

acadêmica do curso de Educação Campo de Erechim, e essa pesquisa foi realizada no primeiro semestre de 2022.

O presente Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) se propõe a identificar e compreender as políticas de acesso e permanência das mulheres indígenas nos cursos de educação superior das universidades, ligada diretamente, três egressas e uma acadêmica do Curso Educação do Campo de Erechim/RS.

A coleta de dados foi feita através de um questionário. Foi usando como método o aparelho de celular por motivos da pandemia de não aproximação dos mesmos, então as questões eram enviadas para as pessoas conforme eram respondidas, também todas as perguntas e respostas foram estudadas e analisadas, para a construção da pesquisa trazendo informações adequando as regras do artigo nele composto de forma qualitativa e formal.

DESENVOLVENDO O ESTUDO

Para o desenvolvimento desse trabalho, organizaram-se esse estudo sobre a temática com a composição de uma referencial teórico, produto de pesquisas, estudo e de minha vivência na Universidade, foi realizado um questionário e enviado as três alunas egressas e uma acadêmica indígena do curso de educação do campo.

Nestas pesquisas constam informações importantes extraindo conhecimento que ocorreu durante e depois da conclusão do curso, os relatos foram feitos por ex alunos e outros que estão em curso bem como por líderes da comunidade indígena. Participaram pessoas do sexo feminino e masculino na pesquisa.

Os relatos que anteriormente foram coletados ,questionou-se principalmente por mulheres indígenas, no caso em função ao tema, as dificuldades encontradas decorrentes ao curso, e superação por mulheres lutadoras e guerreiras, transmitindo seus anseios de poder concluir uma graduação e levar seus conhecimentos a comunidade indígenas, recebido por pessoas capacitadas passando conhecimentos e saberes interdisciplinares.

As informações para organização desta pesquisa foram através de pesquisa qualitativa, onde foram feitas um questionário e enviadas para os entrevistados através do celular, por motivos da pandemia que se agravou nas comunidades não podendo fazer aglomeração nos locais, sempre seguindo os protocolos da saúde,mas mesmo com as

dificuldades encontradas, meu trabalho seguiu em frente e segui firme nos propósitos dando no mesmo.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A análise ocorreu pela leitura e releitura dos dados construídos os quais foram separados por unidade de significado, observando os pontos convergentes e divergentes das respostas.

1) Na resposta a questão “O que mais lhe marcou sair de sua comunidade para estudar? Houve incentivos da família, restrições?”

Observou-se que as alunas entrevistadas responderam que houve sim incentivo da família, do esposo como mostra a entrevistada aluna A1 “O que mais me marcou neste percurso foi o acolhimento de alguns professores do curso, pois desde o início tive que levar minha filha, neste tempo ela tinha 6 meses, e este acolhimento me marcou a cada dia, durante o passar do tempo, e também tive o incentivo e apoio dos meus familiares, acredito que em nenhum momento houve restrição da família.

A entrevistada A2 teve também apoio da família, “mas para mim sair da aldeia e deixar a família não foi fácil pois durante o processo passei por várias dificuldades financeiras e outras, mas o objetivo que eu tinha era de mudar a minha própria vida, adquirir mais conhecimentos para depois ajudar a minha comunidade para ter uma vida melhor e com qualidade”. [...] “O que mais me marcou foi a união que tinha entre os colegas, onde todos se ajudavam para que cada aluno conseguisse ir bem nas disciplinas. Percebe-se que a atitude dos nossos professores, sempre nos incentivando para continuar os estudos, por isso tenho um carinho especial por todos os professores que passaram na minha vida durante a minha graduação”.

2) Na resposta das alunas sobre a questão “O curso de alternância (Tempo Universidade – Tempo Comunidade) favorece para as mulheres na realização do curso”. A maioria das respostas entrevistadas colocaram que sim é favorável o estudo em tempo universidade e tempo comunidade, como coloca a entrevistada A2 que diz: “estar cursando a universidade e ao mesmo tempo estar junto à família e a comunidade, como indo e voltando estar estudando a cada quinzena e também é favorável as mulheres fazer esse curso”.

Nesse sentido a entrevistada complementa colocando que acredita que curso em alternância para mães de família é uma ótima opção, porém para algumas mães se torna dificultoso, pois tem que deixar seus filhos aos cuidados de parentes e amigos e isso se torna preocupante para a maioria delas, para mim foi bom pois meu esposo iniciou a faculdade junto comigo no mesmo curso e semestre, então neste caso favoreceu bastante.

3) Na resposta a questão? Na universidade, como se sentem, o que mais marcou. Acha que existem diferenças distinções aos estudantes masculinos e femininas.

Podemos observar que a maioria das alunas entrevistas colocaram que se sentem bem na universidade como mostra A2. "A universidade desde o começo teve sempre uma postura acolhedora, um ambiente muito bom de se conviver, afinal é um dos aspectos do campus". Em questão do relacionamento, entre nós mulheres e homens acho que não existe nenhuma diferença todos se dão muito bem no meu ponto de vista, porém ao contrário dos estudantes não indígenas que já presenciamos alunos do curso de agronomia falando mal de nós estudantes indígenas, como por exemplo onde indígenas não deveriam estar numa universidade que o lugar dos indígenas seria no mato.

Porém a entrevistada A4 coloca que existe muita diferença principalmente quando os brancos muitas vezes não queriam fazer trabalhos com os indígenas e o que marcou foi que muitos brancos achavam que os indígenas não tinham "valor são pessoas "do mato" que não deveriam estar estudando.

4) Na resposta a essa questão: Ter feito o curso ou estar cursando produziu alguma mudança no cotidiano para você e para as mulheres que conhece que estudaram. Acha que abre espaço nas comunidades?

Observamos que nessa questão das alunas entrevistadas, havia uma opinião diferente como a A1 onde coloca: "acredito que qualquer mulher que ingressa em uma universidade nunca mais será a mesma, pois entrar é uma vitória onde ela sai de sua comunidade em busca de conhecimentos sendo que geralmente a comunidade indígena ainda vê as mulheres como submissas aos homens". Então quando ela sai da sua comunidade para estudar, há sim uma mudança em seu cotidiano. E sim abre mais espaços para estas mulheres.

Já a entrevistada A2 diz que Sim, a universidade proporcionou muitas coisas positivas, principalmente o olhar para a educação onde praticamente é outra pessoa depois da que entrou na universidade. Esta entrevistada destaca: "acho que há hipocrisia a fala mais alto na comunidade pois independente se a pessoa tem alguma formação ainda é muito difícil se destacar na comunidade, pois a maioria das pessoas que são beneficiadas pra ocupar um cargo dentro da comunidade são pessoas mais próximas de uma liderança".

No entanto, a aluna A3 que ainda está cursando a faculdade coloca: "estou cursando à 8ª fase do curso de Licenciatura "Interdisciplinar em Educação do Campo: ciências da natureza (LEDOC)" é para mim a maior dificuldade é se deslocar e deixar a minha família em casa, mas sempre pensando no bem delas e também o meu esforço para ser uma profissional mais desenvolvida".

5) Que expectativas tens para a sua vida, a partir da possibilidade de estar cursando o curso da Educação do Campo? Observa se que as entrevistadas colocaram que cada uma leva para sua vida experiências, expectativas, conhecimentos, como mostra a aluna A5, onde coloca "quando entrei no curso minha expectativa foi de adquirir conhecimento, algo novo para minha vida pessoal, profissional e na comunidade".

Nesse mesmo sentido, a entrevistada A1 descreve: "a expectativa que tive durante meu processo no curso era o reconhecimento da minha comunidade, onde a partir desse reconhecimento poder trazer uma educação de qualidade para os nossos alunos, a partir das perspectivas do curso LEDOC, pois este curso nos ensina a valorização da cultura independente dela, trabalhar a partir da nossa realidade". [...] além disso, podemos entender que durante todos os anos na universidade aprendemos, adquirimos conhecimentos, mas principalmente levamos nossos conhecimentos para a comunidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o desenvolvimento dessa pesquisa percebe-se grande importância das mulheres indígenas nas universidades públicas federais, bem como a importância que as universidades têm na vida dos acadêmicos indígenas, especialmente no caso da

Universidade Federal da Fronteira Sul, na inclusão do curso de Licenciatura em Educação do Campo, onde contempla maior número de alunos indígenas estudando.

Além disso podemos observar que cada entrevistada teve suas opiniões, onde podemos notar que mesmo que foi difícil no começo do curso algumas mães, onde eles levavam seus filhos juntos ou deixavam com os pais, porém muitos falaram que mesmo com todos sacrifícios que tiveram que fazer hoje no último semestre ou com o diploma na mão, vejam que mesmo com dificuldades a vitória no final é certa, e o mais importante que obtiveram grandes conhecimentos nessa longa caminhada e podem levar todos esses conhecimento para a nossa aldeia, principalmente para a nossa escola indígena.

Percebe-se que houve muitos avanços na questão de gênero com a Educação do Campo e a entrada das mulheres indígenas nas universidades, onde antigamente uma minoria de pobres podiam ter oportunidade de estudo, e o número de mulheres indígenas no ensino superior era quase inexistente. Hoje, com todo esse avanço das universidades públicas notamos o crescente número de alunos estudando numa universidade, principalmente as mulheres indígenas que tem a oportunidade de estudar e levar o conhecimento para a sua casa, aldeia e tudo pela importância que o curso de educação do campo nos proporciona a cada dia, a seus sujeitos.

No entanto, podemos perceber que mesmo que o curso de educação do campo é algo importante para os povos do campo, ainda sofre muito para ser reconhecido, principalmente no meio do capitalismo, onde hoje a maioria das pessoas, incluso os governantes, colocam o agronegócio acima de qualquer coisa, e infelizmente muitas vezes prejudicam até um curso que tem a intenção de trabalhar com os povos do campo, do interior.

Dessa forma, minha experiência de estar na universidade foi um privilégio de poder adquirir novos conhecimentos e muito aprendizado por profissionais especializados e mestres na educação, isto me fez outra pessoa como recebedor e transmissor de conhecimentos.

Os conhecimentos que obtive, levarei para a vida toda e ninguém jamais poderá nos tirar estes conhecimentos de vida, onde antigamente não tinham esta oportunidade de conquista, acreditando que é de grande importância para nós, principalmente mulheres indígenas, também quando o conhecimento tem relação com a nossa cultura.

Dessa maneira, com o objetivo foi de compreender as políticas de acesso e permanência das mulheres indígenas nos cursos de educação superior das universidades, conclui-se que houve grande avanço com a Educação do Campo e a pedagogia da alternância ajuda nesta permanência.

REFERÊNCIA

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR 10520**: informação e documentação: citações em documentos: apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2002.

BERGNAMI, J. B. Uma Geografia da Pedagogia da Alternância no Brasil. Documentos pedagógicos. UNEFAB, 2004.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Gráfica do Senado, 1988.

BRASIL. Constituição Federal do Brasil de 1988.

BRASIL. Diretrizes Curriculares da Educação do Campo. Secretaria da Educação do Estado do Paraná. Disponível em: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/diretrizes/diretriz_edcampo.pdf. Acesso em: 21 maio 2017.

CALCULAR correção monetária IPC do IGP (FGV). [S.l.], 2020. Disponível em: <https://www.ecalculos.com.br/utilitarios/ipc-do-igp-fgv.php>. Acesso em: 13 nov. 2020.

CALDART, R. S. Educação do Campo. In: _____; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTO, G. (org.) Dicionário da Educação do Campo. 2. ed. Rio de Janeiro, São Paulo: Expressão popular, 2011. p. 257-265

CALDART, Roseli Salete. MOLINA, Mônica Castagna (organizadores). Por uma Educação do Campo. 4 edições. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

CHIAVENATO, Idalberto. **Introdução à teoria geral da administração**. 3. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

FERNANDES, Bernardo M. CERIOLI, Paulo R. CALDART, Roseli S. Primeira Conferência Nacional “Por uma educação básica do campo” texto Preparatório In: ARROYO, Miguel Gonzalez. CALDART, Roseli Salete. MOLINA, Mônica Castagna (organizadores). Por uma Educação do Campo. 4 edições. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009

FREIRE, P. Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. Medo e ousadia. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2008^a

GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

IBGE. **Sinopse do censo demográfico 2010**. Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv49230.pdf>. Acesso em: 16 nov. 2020.

MELIÁ, J. L. Educação indígena na escola. Caderno CEDES, Campinas, v. 19, n. 49, p. 11-17, dez. 1999.

MOLINA, M. C. Políticas Públicas. In: CALDART, R. S; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTO, G. (org.) Dicionário da Educação do Campo. 2. Ed. Rio de Janeiro, São Paulo: Expressão popular, 2017. p.585-594.

MOTTA, R. S. Manual de Valoração Econômica dos Recursos Ambientais. Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal. Brasília, 1998. 218p.

Oliart, P., Feixa, C. (2012). Introduction: youthstudies in LatinAmerica – On social actors, public policies and new citizenships. Young, 20(4), 329-344.

ONU – Conferência Rio-92 sobre o meio ambiente do planeta;1992; em www.senado.gov.br (acessado em 20.05.2013).

PSIDONIK, Jorge Valdair. **Luta por moradia em Erechim/RS: a ação do movimento popular urbano**. 2019. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Fronteira Sul, Chapecó, 2019. Disponível em: <https://rd.uffs.edu.br/bitstream/prefix/3341/1/PSIDONIK.pdf>. Acesso em: 04 fev. 2020.

RAMOS, M. R. V. O uso de tecnologias em sala de aula. Revista Eletrônica: LENPES-PIBD de Ciências Sociais – UEL, v. 1, n. 02, jul./dez.2012;

ROSA, Daniela Souza da; CAETANO, Maria Raquel. Da educação rural à educação do campo: uma trajetória...seus desafios e suas perspectivas, 2008. Disponível em:<http://www.portaltrilhas.org.br/download/biblioteca/da-educacao-rural-a-educacao-docampo.pdf>. Acesso em: 17 nov. 2016.

SAGAN, Carl. **Pálido ponto azul**. São Paulo: Cia. das Letras, 1994.

SIMIONI, Lilian. **Biblioteca reabre para atendimentos depois do inventário anual**. 2017. Disponível em: <https://www.uffs.edu.br/campi/chapeco/noticias/imagens/biblioteca-reabre-para-atendimentos-depois-do-inventario-anual-foto-lilian-simioni-arquivo-uffs/@@images/image>. Acesso em: 13 nov. 2020.

UNESCO (1998). Declaración Mundial sobre laEducación Superior enelsiglo XXI: Visión y Acción. Conferencia Mundial sobre laEducación Superior. París, 5-9 de Octubre.

VERDUM, Ricardo (Org.). Mulheres indígenas, direitos e políticas públicas. Brasília: INESC, 2008. Disponível em:

<http://www.inesc.org.br/biblioteca/publicacoes/outraspublicacoes/LIVRO%20MULHERES%20INDIGENAS1.pdf> . Acesso em: 26 out. 2009.

APÊNDICE A –

ENTREVISTAS

1. O que mais lhe marcou sair de sua comunidade para estudar? Houve incentivos da família, restrições?
2. O curso em alternância (Tempo Universidade - Tempo Comunidade) favorece para as mulheres na realização do curso?
3. Na Universidade, como se sentem, o que mais marcou? Acha que existem diferenças distinções aos estudantes masculinos dos femininas?
4. Ter feito o curso ou estar cursando, produziu alguma mudança no cotidiano para você e para mulheres que conhece que estudaram? Acha que abre espaços nas comunidades?
5. Que expectativas tens para sua tua vida, a partir da possibilidade de estar cursando o curso da Educação do Campo.